



O ESTADO DO CONHECIMENTO EM ASSISTÊNCIA RELIGIOSA PRISIONAL

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3519

Selson Garutti, SEED-PR

Resumo

Pesquisa bibliográfica, documental sobre o Estado do Conhecimento em Assistência Religiosa Prisional. Rem por referencial teórico: André *et al* (1999); Ferreira (2002); Romanowski; Ens (2006), com o objetivo de analisar a produção acadêmica sobre o tema, de modo a evidenciar relevâncias que o mesmo ocupou nesse período, bem como, lacunas a serem preenchidas. Realizada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Resultando em 38 dissertações de mestrado e 06 teses de doutorado, totalizando uma produção de 44 trabalhos entre 1994 a 2016.

Palavras Chave:

Mapeamento; Assistência Religiosa; Sistema Prisional.

Introdução

As linhas que se seguem são frutos de uma pesquisa baseada em levantamentos, informações, processos e relatórios sem a pretensão de fazer uma descrição minuciosa nem de como são as prisões e nem de como foram feitas as produções acadêmicas sobre o tema. Apresentar e discutir alguns problemas apresentados tanto nas teses quanto nas dissertações, as quais se dedicaram a tarefa pastoral neste ambiente e, sempre tendo em vista a tentativa gradativa de cooperar na busca de soluções ou pelo menos sua atenuação.

Pode-se de imediato afirmar que no Brasil existem prisões onde os encarcerados são respeitados pela sua dignidade humana, onde lhes são garantidos seus direitos, mas também há prisões onde os encarcerados têm seus direitos negados, e por isso estão sujeitos a situações degradantes.

Nas prisões que apresentam condições humanas, os presos gozam de tratamento digno. Possivelmente haja assistência social, religiosa, médica educativa, jurídica e etc., bem como, de cursos, palestras e atividades promovidas pela penitenciária e/ou pela comunidade de forma geral. Inclusive eventos confraternização e/ou cultos religiosos, inclusive com parentes dos presos. No interior das penitenciárias existem diversos canteiros de trabalho, inclusive com uma singela remuneração onde parte do dinheiro é entregue para a família e parte é depositada em uma poupança na Caixa Econômica Federal, podendo sacar o montante quando sair seu alvará de soltura.

Existem diversas parcerias com empresas que recebem apenados do semiaberto para trabalhar ou levam o serviço para ser executado no interior da penitenciária pelos s do sistema fechado. Quanto mais canteiros de trabalho houver no sistema, melhor será para os apenados poderem se manter ocupados

combatendo a ociosidade.

Além dos canteiros de trabalho, promovem-se diversos cursos, tanto de qualificação profissional quanto de humanização, bem como sociais, sendo que, dentre todos os cursos, os mais importantes dão os cursos de escolarização formal.

Apesar de todos os percursos, ainda existe uma incansável tentativa de reintegração social do apenado. O problema é que esses tipos de estabelecimentos são muito poucos, infelizmente.

Entretanto, na maioria dos estabelecimentos penais, o apenado tem péssimo tratamento, quase nada ou nada de canteiros de trabalho e menos ainda escolarização. Ou por falta de verbas ou por desinteresse político, ou pelos dois; os apenados são abandonados à própria sorte nesse “Deposito Humano”, sujeitos a todos os riscos, mais perversos do que boas.

Há presídios e prisões que estão abandonadas pelas autoridades competentes, sem condições dignas, totalmente insalubres e sem condições de comunicação com a família. Sem entrar no mérito da tortura e de prisões que não tem sequer dignidade e nem garantia de vida. São cheias de arbitrariedades, passando por maus tratos até chegar à violência (sexual inclusive).

O estado psicológico tenso em que o apenado é submetido tem levado a fugas e até suicídios, portanto, a realidade carcerária brasileira é no mínimo calamitosa e, conseqüentemente, relegada ao abandono e ao desleixo. As prisões não passam de um “Deposito Humano”, onde estão fadados apenas a serem angariadas para engrossar as fileiras de diversas facções criminosas e, mais ainda quando não há qualquer seleção / separação por perfis de artigos dos crimes.

Tanto que o documento de estudo da CNBB nº 04 (1977, p.15) já

trazia uma afirmação do meio jurídico, afirmando que:

O 'curso primário' do crime começa nos recolhimentos de menores, o 'secundário' nas casas de detenção e o 'universitário' nas penitenciárias. Grande número dos presos passa, realmente pelos três estágios; O número de presos é cada ano maior, fato que torna os estabelecimentos penais sempre mais exíguos deixando as celas superlotadas de presos que, em geral ficam seminus na maior falta de higiene e na mais completa ociosidade (CNBB, 1977, p.15).

Quanto ao egresso do sistema, o quadro social não se altera muito por causa do preconceito social, esbarrando principalmente na dificuldade de encontrar emprego devido à falta de capacitação / qualificação. Devido ao estigma de ex-presidiário, acaba por se entregar e voltar à vida anterior como meio ilícito de sobrevivência.

Esse fenômeno tem levado muitos egressos a um ciclo vicioso, pelo qual acaba por perder a esperança, por conseguinte, também perder a liberdade novamente.

Em vista dessas dificuldades todas, faz-se necessário organizar cada vez mais, centros de assistência aos egressos, também chamados de Patronatos, com fins de auxiliá-los na passagem do "mundo prisional" para o "mundo da liberdade". Necessário também a constituição de um grupo multidisciplinar de profissionais que possam acompanhar / orientar esses egressos.

Cumprida a pena, o egresso deveria sair com sua documentação pessoal e escolar em ordem, Deveria ser acompanhado / orientado por uma equipe multidisciplinar externa composta por profissionais aptos a orientá-lo e (principalmente) ajudar no processo empregatício, podendo inclusive acompanhá-lo por um tempo para saber

lidar com conceitos e preconceitos que possam estigmatizá-los de qualquer forma.

Esse processo começa já dentro do cárcere por meio dos voluntários religiosos que tentam, apesar de todas as dificuldades, evangelizar os sujeitos; Ou por capelães ou por agentes pastorais voluntários que desenvolvem evangelização, catequese e/ou outros serviços sociais tanto direta quanto indiretamente, como por exemplo, abastecendo a biblioteca com livros de mensagem religiosa, levando mensagens bíblicas, de aniversário e, também, ajudando com pequenas doações materiais de higiene pessoal, tais como, sabonetes e creme dental, por exemplo.

Tanto a receptividade, quanto a reciprocidade do apenado dependerá do tipo de confiança e cumplicidade que for gerada em relação ao evangelizador.

A assistência religiosa tornou-se uma das grandes possibilidades de participação e de reinserção social. Muitos dos apenados têm serias limitações em diversos âmbitos, logo, esse convívio mais afetoso e harmônico assume traço característicos de maior participação tanto entre os internos quanto entre o grupo religioso externo que presta assistência.

O relacionamento entre apenados e ministros dos diversos cultos, de um modo geral, torna-se algo bom. Propicia, colaboração mútua nas atividades não só no culto, mas no cotidiano da prisão, mesmo apesar dos inúmeros prosélitos.

Sobre a assistência religiosa propriamente dita, deveria ter exatamente todas as religiões atuando em conjunto. Mas a realidade não é essa. Em muitos casos existe unidade religiosa, mas em outros não. Em algumas prisões, só algum segmento religioso tem acesso em detrimento de outros, além de inúmeros outros problemas que poderiam ser listados aqui, que não vem ao caso nesse

momento.

O capelão de um presídio (podendo ser padre, ou pastor ou pai de santo ou seus correlatos) de modo geral, não é oficialmente reconhecido pelo Estado e, por conseguinte, não podem ser remunerados pelo serviço. Portanto, quase sempre é um abnegado voluntário que emprega parte do seu tempo para exercer a assistência religiosa dentro do sistema prisional.

Dentro das atividades exercidas pela assistência religiosa existem as visitas periódicas às prisões, bem como a organização de grupos de fiéis que além de visitarem os apenados, promovem atividades de recolhimento de material de higiene pessoal, por exemplo, em seus templos para distribuir aos mesmos nos dias de culto.

Sem negar que alguns religiosos usam esses produtos como meio de “pescar novas almas” e alguns presos frequentam tais cultos como meio de receber alguma ajuda material porque foram esquecidos pela família e abandonados pelo Estado.

O ambiente carcerário é árido e constituído por diversas necessidades e dificuldades, necessita, portanto, de agentes religiosos bem preparados equilibrados e com suficiente coragem para não esmorecer frente a inúmeras dificuldades que vão surgindo durante os processos de assistência religiosa.

O trabalho pastoral desenvolvido pelo assistente religioso é sumamente necessário, entre os quais se podem citar: promoção de reuniões, cursos, reflexões bíblicas ou quaisquer outros livros sagrados, celebrações das mais variadas possíveis, liturgias, visitas e etc.

Os apenados em geral valorizam a presença destes agentes religiosos e externam suas confianças partilhando seus anseios, sonhos e dificuldades. A assistência religiosa cria um impacto benéfico nos apenados. No entanto,

existem muitas dificuldades em diversos estabelecimentos penais, tanto advindos do próprio sistema penal / administração do presídio quanto dos apenados de forma geral.

De forma geral pode-se encontrar duas posturas entre os agentes de segurança: ora agentes externamente prestativos e crentes que esse trabalho produz resultados e agentes avessos a essa atividade religiosa por, acreditar que os agentes religiosos sejam “pessoas bondosas” e até “inocentes” Diante de toda essa conjuntura, faz-se necessário discutir esse tema a exaustão como mais uma possibilidade / construção tanto pastoral quanto acadêmico científica.

Materiais e métodos

Este texto apresenta uma pesquisa cujo objetivo foi mapear, identificar, analisar e discutir a produção acadêmica nos programas de pós-graduação sobre o tema “Educação Prisional no Brasil”, por meio do procedimento metodológico do estado do conhecimento, o qual consiste em fazer um levantamento da produção em pesquisa acadêmica em um determinado tema em estudo com descritores específicos que orientam e direcionam o processo de compreensão do tema em questão (ANDRÉ ET AL, 1999).

Como desdobramento, é preciso salientar quais subtemas foram privilegiados em decorrência das pesquisas, produção e distribuição regional, além de identificar as instituições balizadoras de tais produções.

Para levar a contento a pesquisa do estado do conhecimento, faz-se necessário constituir uma boa identificação a respeito de qual seja o objeto de estudo, etapa importante para o desenvolvimento da investigação científica, é por meio dessa delimitação que se define o estado do conhecimento sobre o tema e o que seja objeto a ser investigado. Com isso, também fica

delineado o problema da pesquisa proposta (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

A pesquisa do Estado do Conhecimento, bem como, o Estado da Arte, em posse dos dados obtidos e dos registros das dissertações, teses, artigos e/ou quaisquer outras formas de pesquisas realizadas e publicadas, deve ser entendida como preâmbulo de uma pesquisa maior, pelas quais se diminuem as distâncias entre o desejado e o já realizado, indicando o que já foi produzido sobre educação prisional no Brasil, em detrimento do que pode vir a ser trabalhado em suas mais variadas possibilidades (FERREIRA, 2002).

Os procedimentos adotados para a realização desta pesquisa constituíram em:

1. Pesquisa, seleção, identificação e coleta dos dados no(s) banco(s) de dado(s);
2. Leitura, seleção e classificação dos resumos;
3. Identificação dos descritores (categorias) referente ao tema;
4. Organização de um quadro de referências dos dados identificados na pesquisa;

A seguir, apresentam-se os resultados da produção sobre a temática pesquisada diluída em seus descritores e categorias, ao longo do período delimitado.

Resultados e discussões

O levantamento das teses e dissertações sobre o tema “Assistência Religiosa Prisional no Brasil” foi realizado tomando-se, por referência a base de dados disponível no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), disponível em: <[http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>](http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), disponível em: <[http://www.anped.org.br/>](http://www.anped.org.br/), e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/>](http://bdtd.ibict.br/vufind/), dos

quais foram selecionadas trinta e oito (38) dissertações de mestrado e seis (06) teses de doutorado, totalizando uma produção de quarenta e quatro (44) trabalhos produzidos entre o período de 1994 a 2016. As primeiras produções encontradas foram a dissertação de mestrado de Maria Emília G. Ferreira 1994 e a tese de Doutorado de Ana Maria Barros (2007), conforme abaixo.

QUADRO 01: Distribuição dos Programas das teses

Ano	Instituição	Tese Programa	Total
2007	UFPE	Ciência Política	01
2009	UFPA	Ciências Sociais	01
2009	UERJ	Ciências Sociais	01
2011	UFPE	Antropologia	01
2013	UFRJ	Sociologia e Antropologia	01
2014	FIOCRUZ	Saúde Pública	01
Total		06	06

FONTE: CAPES, 2017.

QUADRO 02: Programas teses

Ciências Sociais	02
Ciência Política	01
Antropologia	01
Saúde Pública	01
Sociologia e Antropologia	01
Total	06

FONTE: CAPES, 2017.

QUADRO 03: Instituições de origem das Teses distribuídas por regiões

Região Teses	Sul	Sudeste	Centro-oeste	Nordeste	Norte
IES		UERJ-2009		UFPE-2007	UFPA-2009
		UFRJ 2013		UFPE-2011	
		FIOCRUZ 2014			
TOTAL = 06	00	03	00	02	01

FONTE: CAPES, 2017.

QUADRO 04: Instituições de origem das Dissertações distribuídas por regiões

Região	Sul	Sudeste	Centro-oeste	Nordeste	Norte
IES	UFSC, 2000	PUCSP, 1994	PUCGO, 2005	UFPB, 2009	UFRN, 2012
	UFRS, 2002	UMESP, 2005	PUCGO, 2007	UFPB, 2009	
	UFRG, 2005	USP, 2005		UNICAP, 2010	
	PUCRG, 2010	USM, 2009		UFPB, 2012	
	PUCRS, 2013	UFV, 2009		UFS, 2013	
		MACKENZIE, 2009		UFBA, 2015	
		PUCRJ, 2009		UNICAP, 2016	
		UFRJ, 2009			
		UFJF, 2011			
		UFMG, 2011			
		MACKENZIE, 2011			
		PUCSP, 2012			
		UFES, 2012			
		FUV, 2013			
		UFJF, 2013			
		UFMG, 2013			
		UFF, 2014			
		UFSCAR, 2015			
		UMESP, 2015			
		USP, 2015			
	FUV, 2015				
	UFMG, 2016				
	FUV, 2016				
Total 38	05	23	02	07	01

FONTE: CAPES, 2017.

QUADRO 05: Distribuição dos Programas das dissertações

Ano	Instituição	Dissertação Programa	Total
1994	PUCSP	Ciências da Religião	01
2000	UFSC	Antropologia Social	01
2002	UFRS	Antropologia Social	01
2005	USP	Sociologia	01
2005	UFRG	Antropologia Social	01
2005	UMESP	Ciências da Religião	01
2005	PUCGO	Ciências da Religião	01
2007	PUCGO	Ciências da Religião	01
2009	UFPB	Sociologia	01
2009	UFV	Economia Doméstica	01
2009	PUCRJ	Serviço Social	01
2009	MACKENZIE	Ciências da Religião	01
2009	USM	Educação, Administração e Comunicação.	01
2009	UFPB	Sociologia	01
2009	UFRJ	Sociologia e Antropologia	01
2010	PUCRG	Ciências Sociais	01
2010	UNICAP	Ciências da Religião	01
2011	UFMG	Sociologia	01
2011	UFJF	Ciência da Religião	01
2011	MACKENZIE	Ciências da Religião	01
2012	UFES	Psicologia	01
2012	UFPB	Ciências da Religião	01
2012	UFRN	Ciências Sociais	01
2012	PUCSP	Psicologia Social	01
2013	UFMG	Sociologia	01
2013	UFS	Sociologia	01
2013	PUCRS	Ciências Criminais	01
2013	FUV	Ciências das Religiões	01
2013	UFJF	Ciência da Religião	01
2014	UFF	Política Social	01
2015	USP	Mudança Social e Participação Política	01
2015	UFSCAR	Educação	01
2015	FUV	Ciências das Religiões	01
2015	UMESP	Ciências da Religião	01
2015	UFBA	Segurança Pública, Justiça e Cidadania.	01
2016	UFMG	Sociologia	01
2016	FUV	Ciências das Religiões	01
2016	UNICAP	Ciências da Religião	01
Total			38

FONTE: CAPES, 2017.

QUADRO 06: Quantidade de Programas das dissertações

Ciências da Religião	15
Sociologia	08
Antropologia Social	03
Ciências Sociais	02
Serviço Social	01
Economia Doméstica	01
Psicologia	02
Ciências Criminais	01
Política social	01
Educação	01
Educação, Administração e Comunicação.	01
Segurança Pública, Justiça e Cidadania.	01
Mudança Social e Participação Política	01
Total	38

FONTE: CAPES, 2017.

QUADRO 08: Programas de Pesquisa em relação às Teses e Dissertações.

M/D	1994		2000		2002		2005		2007		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		Total		
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M
FUCSP	1																1												2
UFSC			1																										1
UFRS					1																								1
USP							1																						1
UFRG							1																						1
UNESP							1														1								2
FUCGO							1																						1
FUCGO								1																					1
UFPB										1																			1
UFV										1																			1
FUCRJ										1																			1
MACKENZIE										1																			1
USM										1																			1
UFPB										1																			1
FUCRG													1																1
UNICAF													1																1
UFMG															1														1
UFJF2011																1													1
MACKENZIE																1													1
UPES																			1										1
UFPB																				1									1
UFRN																			1										1
UFMG																				1									1
UPS																				1									1
FUCRS																					1								1
FUV																					1								1
UFJF																				1									1
UFF																						1							1
USP																								1					1
UFSCAR																								1					1
FUV																									1				1
UFBA																									1				1
UFMG																											1		1
FUV																											1		1
UNICAF																											1		1
UFPA												1																	1
UERJ												1																	1
UFPE									1							1													2
FIOCRUZ																							1						1
UFRJ											1														1				1
	Mestrado: 33														Doutorado: 06										Total: 44				

FONTE: CAPES, 2017.

Discutindo as teses de doutorado

Barros (2007) teve por objetivo analisar a contribuição das organizações não estatais para a promoção dos Direitos Humanos no Sistema Penitenciário. Analisou a rotina prisional por meio das tensões internas que envolvem Agentes Pastorais, Administração Prisional, Agentes Penitenciários, Governo e Sociedade Civil. Percebendo sua influência na fragilização do Sistema Penitenciário, observado a partir da administração da Penitenciária Juiz Plácido de Souza pela Pastoral Carcerária de Caruaru- PE, no período de 1996 a 2002. Como procedimento metodológico utilizou entrevistas semiestruturadas além do levantamento documental, da história de vida e do grupo focal.

O resultado do estudo reforça a defesa de que as parcerias entre o Estado e as organizações não estatais são essenciais para a promoção dos direitos humanos na prisão, por possibilitarem maior controle externo e reduzirem as violações dos direitos dos prisioneiros. Ainda identificou que as lideranças carismáticas operam mudanças positivas na adoção de regras que efetivam os direitos dos prisioneiros.

Na Penitenciária Juiz Plácido de Souza a rotinização da direção da Pastoral Carcerária provocou a observância aos direitos dos prisioneiros. No entanto, fragilizou a Pastoral Carcerária como movimento reivindicatório e denunciatório, limitando-se ao espaço local. O processo de cooptação de Agentes Penitenciários, as celebrações de convênios, parcerias, além do apoio da imprensa e da comunidade, possibilitaram a efetivação de uma administração eficiente, focada nas garantias de direitos e na manutenção dos vínculos familiares dos reclusos.

Lobo (2009) teve por objetivo compreender como os detentos elaboram a vida cotidiana na prisão e, em que

medida o acesso aos dispositivos da educação e da religião disponíveis no cárcere podem contribuir para a reintegração social do indivíduo recluso.

Pesquisa etnográfica, pela qual, utilizou-se do procedimento metodológico que utilizou a narrativa dos presidiários sobre educação e religião como recurso metodológico. Por meio tanto de depoimentos quanto de entrevista semiestruturada, foi identificado experiências que produziram significados no contexto de quatro escolas localizadas em unidades prisionais do Rio de Janeiro e que revelaram formas de elaboração da vida cotidiana pelos alunos detentos.

Conclui-se que a população carcerária é constituída majoritariamente por pessoas marcadas pela vulnerabilidade social e que não tiveram acesso aos direitos fundamentais ao exercício da cidadania. Para estes indivíduos, o espaço escolar é percebido como espaço de sociabilidade e também de oportunidade de mudança, uma vez que, possibilita vislumbrar caminhos alternativos à vida criminal.

Gusmão (2011) teve por objetivo compreender a relação entre religião e prisão a partir das experiências de conversão religiosa ao pentecostalismo evangélico entre detentos que cumprem pena privativa de liberdade em regime fechado no Complexo Penitenciário do Serrotão, em Campina Grande, no estado da Paraíba. Pesquisa etnográfica, com procedimento metodológico de observação do campo antropológico e relatos realizados entre setembro de 2007 e março de 2008.

Concluiu que as mudanças de conduta ocorreram de modo processual e negociado, em um contexto marcado por conflitos e resoluções violentas. No entanto, apesar dos aspectos que salientam a dimensão processual e contínua das experiências de conversão, o seu aspecto transformador não foi negligenciado. As práticas religiosas

cotidianas destes detentos, como suas orações, evangelizações e pregações, identificam elementos que compõem uma mudança de conduta e a transformam em habitus.

Teixeira (2013) teve por objetivo a análise da teia de significados que se constrói a partir da figura do bandido, no contexto do Rio de Janeiro, bem como suas implicações práticas, estabelecendo relações tanto entre cidades, favelas e periferias, quantas relações entre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais.

Para tanto, usou como procedimento metodológico a observação dedicada a cada segmento empírico, construindo uma complexa teia sociológica. Disso concluiu sobre a existência de uma gramática da subjetividade que a costura sociologicamente.

Ribeiro (2014) tem por objetivo analisar qual seja o papel da religião na prevenção da violência e na recuperação e reabilitação de pessoas envolvidas com atos ilícitos e como, para isso, as igrejas se relacionam às políticas públicas estatais. O estudo foi realizado no Complexo de Manguinhos, Rio de Janeiro e teve por procedimento metodológico a observação participante; pesquisa documental; entrevistas semiestruturada. Concluiu que várias ações das igrejas têm um papel protetivo frente a contextos de vulnerabilidade. Por outro lado, a religião pode ser também produtora de violência.

Conclui ainda que políticas de ressocialização com abordagem tecnicamente competente inexistem em Manguinhos, tanto na esfera religiosa, quanto por parte do poder público. No entanto, segundo os líderes religiosos, a evangelização e a conversão atuam neste sentido. No caso das igrejas, também os serviços assistenciais estão impregnados de uma moral religiosa.

Conclusão

A produção acadêmica de 1994 a 2016 mostra uma evolução crescente sobre o tema. Foram 38 dissertações (85%) E 06 teses (15%), em um universo de 44 trabalhos. Uma das primeiras considerações a serem feitas é que esta produção, em certa medida, passou a ter uma maior visibilidade, havendo um interesse crescente tanto por parte dos pesquisadores, quanto pela comunidade religiosa atuante no espaço prisional.

Apesar desse aumento considerável da produção acadêmica sobre o tema, ainda não foi suficiente para demover os políticos a olharem com mais afinco para o problema penitenciário brasileiro. Também não se pode efetivamente construir um conhecimento sobre essa modalidade, pois ainda não se delineou uma sistematização pedagógica nessa área. Logo, faz-se necessário a constituição de um campo específico de pesquisa em Assistência Religiosa nos presídios do Brasil.

Vale ressaltar ainda as dificuldades ainda existentes ao exercício da assistência religiosa, destacadas aqui sob três aspectos: (a) Em muitos Estados ainda existem enormes entraves para as pastorais carcerárias, muitas vezes justificados por motivo da segurança; (b) Muitos agentes selecionam os participantes por serem considerados de maior ou menor periculosidade; (c) ou ainda, por não existir estrutura adequada para a realização dos cultos.

Em algumas situações é perceptível o intento de afastar agentes externos ao cotidiano do presídio, deixando transparecer tanto ineficiência na gestão do mesmo quanto as dificuldades estruturais da instituição e/ou do sistema como um todo.

Por outro lado, muitos Agentes Penitenciários, ou por serem religiosos ou por perceberem as benfeitorias produzidas pela assistência religiosa no

sistema, são profundamente solícitos aos Agentes Religiosos em todas as suas necessidades.

O avanço produzido pelos Agentes Pastorais como sendo conquistas fundamentais dão visibilidade ao tema, mas também, destacam a ausência da produção científica sobre assuntos relacionados à Assistência Religiosa em prisões, discussão em educação especial prisional, comparações entre educação formal e não formal, bem como, relações sobre espaços e materiais pedagógicos adequados, entre outros. É preciso salientar que há a necessidade da formação de um núcleo nacional de pesquisadores na área prisional.

Referências

- ANDRÉ, M.; SIMÕES, R.H.S.; CARVALHO, J.M.; BRZEZINSKI, I. Estado da arte da formação de professores no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, dez. 1999, p.301-309. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a15v2068.pdf>>. Acesso em: 02 de ago. 2017.
- BARROS, Ana Maria de. **Fé, Política e Prisão: Pastoral Carcerária e Administração Prisional - Um Estudo na Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru - PE, de 1996 a 2002**. 2007. 308 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1425>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- CAVALCANTE Jr, Amadeu de Farias. **Pentecostais e Neopentecostais entre a secularização e dessecularização da ressociação no Cárcere**. 2009. 524 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comissão Episcopal Pastoral. Pastoral Carcerária** (Estudos da CNBB nº 04). 2ª ed. Revista e ampliada. São Paulo, Paulinas, 1977.
- FERREIRA, Norma S.A. **As pesquisas denominadas Estado da Arte**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, Ago. 2002, p. 257-272. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 02 de ago. 2017.
- GUSMÃO, Eduardo Henrique Araújo de. **Dinâmicas prisionais e religião: uma análise sobre as trajetórias e experiências de detentos em processos de conversão**. 2011. 177 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/897/arquivo748_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 set. 2017.
- LOBO, Edileuza Santana. **A Escola por trás dos muros da Prisão: Percepções de Alunos Detentos sobre Educação, Religião e Vida Cotidiana**. 2009. 999 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9011>. Acesso em: 10 set. 2017.
- RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages. **Religião, prevenção à violência e recuperação e reabilitação de pessoas: um estudo em Manguinhos**. 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1525358>. Acesso: 10 set. 2017.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**. Vol. 6, nº 19, p.37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/diálogo?dd1=237&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 02 de ago. 2017.
- TEIXEIRA, César Pinheiro. **A teia do bandido: Um estudo sociológico sobre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais**. 2013. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=155291>. Acesso: 10 set. 2017.